

ARTIGO - 2. PATRIMÔNIO CULTURAL E OS DESAFIOS DO SÉCULO XXI: O PATRIMÔNIO NA ÉPOCA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: A CONSERVAÇÃO ENTRE NOVOS E VELHOS RISCOS / AS ESCALAS DO PATRIMÔNIO: LOCAL - GLOBAL / MODELOS INOVADORES DE GESTÃO PARTICIPATIVA E ENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES LOCAIS / ESTRATÉGIAS DE FINANCIAMENTO PARA A CONSERVAÇÃO..

**POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO NATURAL DO GLOBAL AO LOCAL:  
DESAFIOS ENTRE AÇÕES INTERNAS E EXTERNAS AOS ÓRGÃOS DE  
PRESERVAÇÃO**

*Vitória Eichenberger (eevitoria@outlook.com)*

Através da busca por uma compreensão não dissociada entre natureza e cultura, a Unesco incluiu, em 1972, as áreas naturais como uma categoria de preservação do patrimônio cultural em âmbito internacional. Essa decisão refletia problemáticas já existentes na preservação dessas áreas e representou um marco para a proteção do patrimônio natural, influenciando políticas patrimoniais em diferentes esferas: federal, estadual e municipal. Anos após essa iniciativa, os problemas envolvendo a preservação da natureza perduraram e, concomitantemente a avanços conceituais e metodológicos desenvolvidos por profissionais no interior dos órgãos de preservação, desencadearam-se, na contramão, ações de desregulamentação e instrumentalização da política a partir de interesses diversos.

Partindo dessa compreensão inicial, a presente comunicação pretende estabelecer paralelos entre a abordagem internacional do patrimônio natural e as particularidades da política de preservação no âmbito do CONDEPHAAT

(Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo). Compreende-se que a proteção do patrimônio natural pelo CONDEPHAAT não teve trajetória linear, revelando tanto concepções inovadoras, que ampliaram as definições estabelecidas pela Unesco, quanto problemáticas diretamente vinculadas às consequências dos processos de neoliberalização no Brasil.

Nessa trajetória, destacam-se as contribuições de geógrafos no conselho, entre as décadas de 1970 e 1980, como a atuação de Aziz Ab'Sáber e de uma equipe técnica de áreas naturais. Contudo, a partir da década de 1990, identifica-se a supressão de ações em prol do patrimônio natural: exclusão da equipe de áreas naturais, alterações na regulamentação de tombamento e dificuldades para novos reconhecimentos, bem como a drástica diminuição de representantes das universidades no corpo de conselheiros.

Com base em revisão bibliográfica, análises documentais centradas no CONDEPHAAT – atas de reunião, diretrizes de preservação, processos específicos e solicitações de tombamento – e entrevistas semiestruturadas com representantes do conselho, a proposta tensiona problemáticas atuais enfrentadas pelo órgão de preservação. Entre elas, destacam-se a falta de pessoal técnico especializado para avaliação de processos relativos ao patrimônio natural e a subordinação das decisões políticas a interesses externos. Observa-se, internamente, a recorrência de justificativas que negam a responsabilidade do conselho sobre as áreas naturais. Externamente, emergem conflitos ligados a interesses mercadológicos que tratam a natureza como recurso, como a comercialização da natureza pelo mercado imobiliário ou os usos associados a parcerias público-privadas, que ao viabilizarem a exploração econômica de áreas protegidas por meio de concessões, muitas vezes entram em conflito com os preceitos estabelecidos pelos órgãos de preservação cultural.

Palavras-chave: condephaat; unesco; natureza; geografia.